

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE
ENSINO, POR LOTES**

PROC. 17/2025_CMA

CONCURSO PÚBLICO URGENTE

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

Parte I – Cláusulas Jurídicas

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a	3
Cláusula 2. ^a	3
Cláusula 3. ^a	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
Cláusula 4. ^a	4
Cláusula 5. ^a	5
Cláusula 6. ^a	5
Cláusula 7. ^a	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER	6
Cláusula 8. ^a	6
Cláusula 9. ^a	6
Cláusula 10. ^a	7
CAPÍTULO III	7
PENALIDADES CONTRATUAIS, SUSPENSÃO E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 11. ^a	7
Cláusula 12. ^a	7
Cláusula 13. ^a	8
Cláusula 14. ^a	9
Cláusula 15. ^a	9
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS	10
Cláusula 16. ^a	10
Cláusula 17. ^a	10
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	11
Cláusula 18. ^a	11
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 19. ^a	11
Cláusula 20. ^a	11
Cláusula 21. ^a	11
Cláusula 22. ^a	11
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	11
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E COMUNS	11
Cláusula 23. ^a	11
Cláusula 24. ^a	12
Cláusula 25. ^a	13
Cláusula 26. ^a	13
CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO LOTE 1	13
Cláusula 27. ^a	13
Cláusula 28. ^a	14
Cláusula 29. ^a	14
CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO LOTE 2	14
Cláusula 30. ^a	14
Cláusula 31. ^a	15



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

- 1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a celebração de contrato para a **aquisição de serviços de limpeza em diversos estabelecimentos de ensino, por lotes** de acordo com as cláusulas do presente caderno de encargos.
- 2- As prestações objeto de contrato são divididas de acordo com os seguintes lotes:
 - a. **Lote 1 – Aquisição de serviços de limpeza nas instalações do Centro Escolar de Alenquer e do Centro Escolar do Carregado**, sitos na Rua Orlando Jorge Pereira, 2580-355 Alenquer, e no Caminho Municipal, 1132-Casal do Sarra, 2580-588 Carregado, respetivamente;
 - b. **Lote 2 – Aquisição de serviços de limpeza nas instalações da Escola Secundária Damião de Goes**, sita na Av. Dr. Teófilo Carvalho dos Santos 12, 2580-355 Alenquer,
- 3- À presente prestação de serviços corresponde a categoria **90919300-5 serviço de limpeza**, conforme o **Regulamento (CE) n.º 213/2008** da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e a **Diretiva** do Parlamento Europeu e do Conselho **2014/24/CE**, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece as regras aplicáveis aos procedimentos de contratação pública.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.



- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

- 1- O contrato terá início no dia útil seguinte à sua celebração e manter-se-á em vigor pelo prazo de **12 (doze) meses**, de **acordo com o calendário escolar disponibilizado pelo Município de Alenquer**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2- O contrato pode ser renovado automaticamente por igual período, se não for denunciado, por escrito, no prazo de **90 (noventa) dias** antes do seu término, por qualquer das partes.
- 3- Em caso algum o contrato poderá exceder os 24 (vinte quatro) meses, incluindo renovações.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.ª

Obrigações principais

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação especial e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Garantir, ao longo da vigência do contrato, a prestação dos serviços contratados, de acordo com o definido no presente caderno de encargos, bem como nos demais documentos contratuais e com a proposta adjudicada;
 - b. Comunicar, antecipadamente, ao Município de Alenquer, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, objeto de contrato, ou o cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais;
 - c. Assegurar a existência de mecanismos de substituição de pessoal, sempre que necessário;
 - d. Realizar reuniões, sempre que se justifique, com o gestor de contrato, nomeado pelo Município de Alenquer, no âmbito da monitorização e acompanhamento da prestação de serviços;
 - e. Prestar o serviço conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e de acordo com as cláusulas técnicas, constantes na parte II deste caderno de encargos;
 - f. No âmbito do acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade trimestral, reuniões de monitorização com os representantes do Município de Alenquer, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes.
- 2- A título acessório, o prestador de serviços fica, ainda, obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



- 3- O prestador de serviços obriga-se, ainda, a respeitar as normas em vigor, aplicáveis em matéria laboral, social, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional e regional.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento da prestação do serviço

- 1- As reuniões, previstas na alínea f) do n.º 1 da cláusula anterior, devem ser previamente agendadas e convocadas, por escrito, com antecedência de **10 (dez) dias úteis**, pelo prestador de serviços ou pelo Município de Alenquer, nas quais deverá ser apresentado um relatório relativo ao período em análise.
- 2- Após a execução do contrato, o prestador de serviços deve, ainda, elaborar um relatório final, descrevendo os principais acontecimentos e atividades ocorridos durante a execução do contrato.
- 3- Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em língua portuguesa.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1- O Município de Alenquer e o prestador de serviços obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos, objeto do contrato, e tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários e colaboradores que se encontrem envolvidos no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
- 2- O prestador de serviços deve guardar sigilo referente a toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alenquer, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 3- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 4- Exclui-se, do âmbito dos números anteriores, toda a informação gerada por força da execução do presente contrato, bem como, todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
- 5- As obrigações, previstas na presente cláusula, mantêm-se, independentemente da cessação do presente contrato por qualquer motivo.

Cláusula 7.ª

Dever de proteção de dados pessoais

O prestador de serviços obriga-se a observar as disposições legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais, constantes da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, designadamente:

- a. Tratar os dados pessoais a que tenha acesso em conformidade com as instruções dadas pelo Município de Alenquer;



- b. Utilizar os dados pessoais direta e exclusivamente para os fins relacionados com a execução do contrato;
- c. Não transmitir os dados pessoais a que tenha acesso a terceiros;
- d. Tomar as medidas de segurança técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais contra a sua destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, alteração, difusão ou acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento de dados a implicar a sua transmissão por rede;
- e. Responder, prontamente, a todos os pedidos de informação do Município de Alenquer sobre o tratamento dos dados pessoais.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

Cláusula 8.^a

Preço base

- 1- O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela presente aquisição de serviços é de € **166.205,92 (cento e sessenta e seis mil, duzentos e cinco euros e noventa e dois cêntimos)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, distribuídos da seguinte forma:
 - a. **Lote 1 - Aquisição de serviços de limpeza nas instalações do Centro Escolar de Alenquer e no Centro Escolar do Carregado**, foi fixado em € **92.252,98 (noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e dois euros e noventa e oito cêntimos)**, ao qual acresce IVA à taxa em vigor;
 - b. **Lote 2 - Aquisição de serviços de limpeza nas instalações da Escola Secundária Damião de Goes**, foi fixado em € **73.952,94 (setenta e três mil novecentos e cinquenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos)**, ao qual acresce IVA à taxa em vigor;

Cláusula 9.^a

Preço contratual

- 1- Pela prestação dos serviços, relativo ao **Lote 1 - Aquisição de serviços de limpeza nas instalações do Centro Escolar de Alenquer e no Centro Escolar do Carregado**, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços, **os preços unitários por hora (1714 horas) com 8 recursos humanos incluídos**, constantes da proposta adjudicada, em função dos serviços prestados no mês anterior, acrescido de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- Pela prestação dos serviços, relativo ao **Lote 2 - Aquisição de serviços de limpeza nas instalações da Escola Secundária Damião de Goes**, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços, **os preços unitários por hora (1029 horas - limpeza programada e 156 horas - limpeza não programada) com 6 recursos humanos incluídos e o provimento de produtos de higiene e limpeza**, constantes da proposta adjudicada, em função dos serviços prestados no mês anterior, ao qual acresce IVA à taxa em vigor;



- 3- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

- 1- Os pagamentos ao prestador de serviços serão efetuados no prazo de **60 (sessenta) dias** após a emissão da respetiva fatura, em função do número de horas de serviço prestado, em conformidade com preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa em vigor.
- 2- Para efeitos de pagamento, o prestador de serviços deve emitir e apresentar ao Município de Alenquer as correspondentes faturas, que só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3- Em caso de discordância, por parte do Município de Alenquer, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III

SUSPENSÃO, PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 11.ª

Suspensão do Contrato

- 1- Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Município de Alenquer pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de saúde pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
- 2- A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação, ao prestador de serviço, através de carta registada com aviso de receção, salvo quando da referida notificação constar data posterior.
- 3- O Município de Alenquer pode, a todo o tempo, levantar a suspensão da execução do contrato.
- 4- O prestador de serviço não poderá reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 12.ª

Sanções contratuais

- 1- O Município de Alenquer pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar as sanções previstas no contrato ou na lei em caso de incumprimento pelo cocontratante.
- 2- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município de Alenquer pode aplicar sanções contratuais de natureza pecuniária, nas seguintes situações:



- a. sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária da prestação de serviços, por facto que seja imputável ao prestador de serviços, este ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente até 5% do preço contratual;
 - b. sempre que se verifique o incumprimento das cláusulas técnicas do caderno de encargos, o prestador de serviços ficará sujeito ao pagamento de uma sanção pecuniária correspondente até 10% do preço contratual;
 - c. sempre que se verifique o incumprimento na comunicação da substituição de pessoal, o prestador de serviços ficará sujeito ao pagamento de uma sanção pecuniária correspondente até 5% do preço contratual;
 - d. sempre que se verifique o incumprimento das normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, o prestador de serviços ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente até 5% do preço contratual.
 - e. sempre que se verifique o não cumprimento do programa de limpeza regular, conforme o anexo B, o prestador de serviços ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente até 5% do preço contratual.
- 3- O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
 - 4- Nos casos em seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave prejuízo para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 - 5- Para efeitos dos limites previstos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
 - 6- Na determinação do *quantum* da sanção aplicar em virtude do incumprimento, o Município de Alenquer tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
 - 7- Os valores das sanções pecuniárias serão deduzidos na(s) fatura(s) do prestador de serviços.
 - 8- Caso não existam faturas que permitam efetuar o desconto da sanção pecuniária, o prestador de serviços fica obrigado à liquidação da dívida.
 - 9- As sanções pecuniárias, previstas na presente cláusula, não obstam a que o Município de Alenquer exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª

Resolução sancionatória por parte do contraente público

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alenquer pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviço violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso na prestação dos serviços, superior a **5 (cinco)** dias úteis ou declaração escrita do prestador de serviço de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.



- 2- Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo cocontratante especialmente previstas no contrato, o Município de Alenquer pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
- Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
 - Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas, pelo Município de Alenquer, no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização do contraente público;
 - Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pelo contraente público contrarie o princípio da boa-fé;
 - Se o valor acumulado das sanções contratuais de natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - Se o cocontratante se apresentar à insolvência ou esta for declarada pelo tribunal.
- 3- O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.
- 4- Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante.
- 5- O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

Cláusula 14.ª

Outros fundamentos de resolução pelo contraente público

- O Município de Alenquer tem o direito de resolver o contrato com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 312.º do CCP.
- Quando a resolução do contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias seja imputável a decisão do contraente público adotada fora do exercício dos seus poderes de conformação da relação contratual, o cocontratante tem direito ao pagamento de justa indemnização nos termos do disposto no artigo anterior.

Cláusula 15.ª

Força maior

- Não podem ser impostas sanções ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à



- vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
 - 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
 - h. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 - 4- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 16.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução.

Cláusula 17.ª

Seguros

- 1- É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à presente prestação de serviços.
- 2- O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo que lhe for estabelecido.



CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da sua posição contratual depende de autorização do Município de Alenquer, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte.
- 3- Relativamente às comunicações e notificações efetuadas entre as partes nos termos do n.º 1, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.

Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

Os prazos, previstos no contrato, são contínuos, não se suspendendo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 22.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, é regido pelo Código dos Contratos Públicos aplicando-se o artigo 280.º do mesmo.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E COMUNS

Cláusula 23.ª

Responsabilidade do prestador de serviços

- 1- O prestador de serviços será responsável pela boa prestação dos serviços, de acordo com o contrato e com eventuais indicações complementares do Município de Alenquer.



- 2- O prestador de serviços é responsável pelos danos causados no seu equipamento e material, bem como pelos danos ou acidentes sofridos pelo pessoal ao seu serviço, salvo se resultarem de culpa comprovada dos colaboradores do Município de Alenquer no exercício das suas funções.
- 3- Correrão por conta do prestador de serviços, que se considerará, para o efeito o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, e que não resultem da própria natureza ou conceção da prestação de serviços, sejam sofridos pelo Município de Alenquer, seus colaboradores ou terceiros, em consequência do modo da sua execução, da atuação do pessoal do prestador de serviços, seus fornecedores e do deficiente comportamento ou de falta de segurança dos materiais ou serviços.
- 4- A responsabilidade, pelo destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso das atividades de limpeza, é do prestador de serviços.
- 5- No caso de o prestador de serviços detetar qualquer situação anómala nos locais da prestação de serviços, deverá, imediatamente, comunicá-la ao gestor do contrato, sob pena de ser responsabilizado por todas as consequências derivadas da não comunicação imediata dos factos.

Cláusula 24.ª

Pessoal

- 1- No início da execução do contrato, o prestador de serviços comunicará ao Município de Alenquer a idade, morada, profissão e nacionalidade do pessoal que vai ter ao seu serviço (igual ao número de trabalhadores previstos na proposta adjudicada), de modo a serem credenciados para permitir o seu acesso às instalações.
- 2- Deverá o prestador de serviços fornecer, antecipadamente, os dados mencionados no número anterior, relativamente ao pessoal designado para substituir os trabalhadores em situação de férias, faltas ou licenças.
- 3- O prestador de serviços deverá comunicar ao Município de Alenquer as substituições do pessoal que venham a ocorrer de forma não planeada.
- 4- O Município de Alenquer poderá, a qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações.
- 5- O prestador de serviços deverá desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços, de forma a garantir consistência e qualidade dos trabalhos realizados.
- 6- O prestador de serviços zelará para que todo o seu pessoal se apresente devidamente uniformizado com dístico de identificação bem visível, que contenha o símbolo do prestador de serviços, o nome e a categoria profissional do trabalhador.
- 7- O prestador de serviços é responsável por fornecer e garantir que todos os colaboradores disponham dos equipamentos de proteção adequados às necessidades da prestação dos serviços.
- 8- Os colaboradores do prestador de serviços afetos aos diferentes serviços devem ser formados no sentido de cumprir os Regulamentos de Segurança e outros em vigor, bem como os princípios de bom relacionamento com os colaboradores e utentes da mesma, no exercício da sua atividade.



- 9- O prestador de serviços obriga-se a respeitar os direitos e regalias legalmente consagradas aos seus colaboradores, independentemente do regime jurídico-laboral que lhe seja aplicável, sendo da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços todas as infrações a essa legislação e determinações.
- 10- São da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços as obrigações relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente encargos para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho.

Cláusula 25.ª

Equipamentos e materiais

- 1- A aquisição de todo o equipamento, necessário aos trabalhos da prestação de serviços de limpeza (máquinas, ferramentas, utensílios), será da responsabilidade e encargo do prestador de serviços, assim como todos os gastos com a manutenção e conservação dos mesmos, durante o período de vigência do contrato.
- 2- O prestador de serviços é obrigado a garantir o perfeito estado de funcionamento do material, máquinas e equipamento, quer mecanicamente, quer a nível de sinalização, limpeza, desinfeção e sistemas de segurança, podendo ser submetido a inspeções periódicas pelo Município de Alenquer, a fim de comprovar estas condições.

Cláusula 26.ª

Procedimentos Ambientais e de Gestão de Resíduos

- 1- O prestador de serviços deverá desenvolver as atividades de limpeza, garantindo o cumprimento dos procedimentos ambientais e de gestão de resíduos do Município de Alenquer.
- 2- No caso de haver alterações de algumas dessas políticas no período de vigência do contrato, o prestador de serviços deverá adaptar a sua atividade de forma a garantir o seu cumprimento.
- 3- O prestador de serviços deverá cumprir as normas ambientais aplicáveis.

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO LOTE 1 – Aquisição de serviços de limpeza nas instalações do Centro Escolar de Alenquer e do Centro Escolar do Carregado

Cláusula 27.ª

Local, áreas da prestação de serviço, pessoal

- 1- As áreas a limpar no decorrer do contrato referem-se à limpeza diária de:
 - a. **Centro Escolar de Alenquer**, 29 (vinte e nove) salas de aula, sendo 20 (vinte) salas do 1.ºCEB, 9 (nove) salas de Pré-Escolar, de 8 (oito) casas de banho, sendo 4 (quatro) do 1.ºCEB, 2 (duas) do Pré-escolar e 2 (duas) do ginásio. 1 (uma) sala polivalente do pré-escolar e 1 (um) ginásio;
 - b. **Centro Escolar do Carregado**, 7 (sete) salas de pré-escolar e de 2 (duas) casas de banho.
- 2- **O número de recursos humanos, a afetar à prestação de serviços, tem que ser no mínimo de 6 (seis) no edifício do Centro Escolar de Alenquer e de 2 (dois) no Centro Escolar do Carregado.**



Cláusula 28.ª

Horário de Prestação de Serviço

- 1- A limpeza dos edifícios será executada diariamente, de Segunda a Sexta-feira, no horário compreendido entre **as 19 horas e as 22 horas** no **edifício do Centro Escolar de Alenquer** e entre **as 17h00 e as 19h00** no **edifício do Centro Escolar do Carregado**, estando o número de horas previsto no Anexo A do respetivo caderno de encargos, estando as mesmas sujeitas a alterações de acordo com os horários letivos a definir pelo Ministério da Educação.
- 2- O prestador de serviços obriga-se a comunicar ao Município de Alenquer e a ter visível, em local a designar, o horário de trabalho, com descrição dos períodos de permanência no local, de cada um dos trabalhadores afetos à limpeza.

Cláusula 29.ª

Especificações dos Serviços a Prestar

- 1- Os tipos de limpeza a efetuar são os que a seguir se mencionam:
 - a. Limpeza com aspiração ou lavagem e desinfecção do pavimento;
 - b. Despejo e limpeza dos caixotes do lixo;
 - c. Limpeza do pó e de sujidade removíveis das mesas, cadeiras, secretárias, outros móveis, janelas parapeitos, paredes, vidros, portas;
 - d. Limpeza do pó dos monitores e computadores das salas de aula;
 - e. Limpeza/lavagem dos quadros de porcelana das salas de aula, apenas com produto apropriado;
 - f. Desinfecção, com produtos próprios, dos manipuladores das portas;
 - g. Colocação do lixo recolhido dos caixotes nos contentores públicos exteriores;
 - h. Limpar / lavar as instalações sanitárias.
- 2- **Todos os produtos a utilizar, na execução dos serviços de limpeza, serão fornecidos pelo Município de Alenquer.**
- 3- É da responsabilidade do prestador de serviço a adequada utilização dos produtos de limpeza, os quais devem estar identificados, acondicionados e arrumados nas instalações cedidas para os efeitos.

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO LOTE 2 - Aquisição de serviços de limpeza nas instalações da Escola Secundária Damião de Goes.

Cláusula 30.ª

Local, horário de prestação de serviço, pessoal

- 1- A limpeza do edifício será executada diariamente, no **horário noturno**, compreendido entre as 22h00 e as 01h00, ou noutro a indicar pelo Agrupamento de Escolas no início de cada ano letivo, exceto nos meses de julho e agosto e interrupção letiva do Natal e no horário diurno, na primeira semana de setembro e interrupção letiva da Páscoa durante o período de vigência do contrato.
- 2- **O número de recursos humanos a afetar à prestação de serviço tem que ser no mínimo de 6 (seis), com a exceção da limpeza não programada.**



- 3- Os serviços de limpeza, a prestar no âmbito do contrato, devem cumprir as especificações técnicas e os níveis de serviço definidos no presente Caderno de Encargos para:
- Serviços de limpeza programada regular noturna – Horário Noturno** – dias úteis (22h00-01h00) – conforme disposto no **Anexo B** do respetivo caderno de encargos. O serviço é referente a 37 (trinta e sete) salas e 6 (seis) WC, de janeiro a dezembro, exceto nos meses de julho e agosto e nas interrupções letivas da Páscoa e do Natal.
 - Serviços de limpeza não programada** – Lavador de vidros - Horário Diurno – dias úteis – Total horas – 78h, início de setembro (primeira semana) e interrupção letiva da Páscoa, conforme disposto no Anexo B do respetivo caderno de encargos.

Cláusula 31.ª

Especificações dos serviços a prestar

- Os serviços de limpeza a prestar, a sua periodicidade de execução e os níveis de qualidade da limpeza, devem satisfazer as especificações exigidas no **Anexo B** do presente Caderno de Encargos;
- É da responsabilidade do prestador de serviços controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhes estão afetas, bem como o **controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados na prestação, determinando a sua substituição se necessário, bem como a apresentação dos trabalhadores ao serviço** (ex: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço);
- Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos de limpeza e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
- A entidade adjudicante poderá, em qualquer altura determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer as suas instalações;
- Todos os **produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do prestador de serviços**;
- Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc);
- É da responsabilidade do prestador de serviços o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da entidade adjudicante destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que exista, se mostre adequada e mediante autorização prévia;
- É da responsabilidade do prestador de serviços a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato.
- Em caso de cedência de equipamentos de limpeza, por parte do Município de Alenquer, para utilização pelo prestador de serviços, será elaborado um auto de consignação de onde constará o estado dos



- equipamentos à data da cedência, bem como eventuais anomalias ou necessidades de intervenção que se considerem necessárias para a sua operacionalidade em condições adequadas;
- 10- É da responsabilidade do prestador de serviços de limpeza efetuar a gestão operacional dos consumíveis de higiene nas instalações de entidade adjudicante, tais como a sua armazenagem, colocação e reposição, necessários para a manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias, garantindo a cobertura das necessidades de consumíveis em todo o período de funcionamento.
- 11- O prestador de serviços deve assegurar a qualidade dos serviços de limpeza garantindo os resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza constante no anexo A do Caderno de Encargos;
- 12- Os prestadores de serviços devem cumprir as normas ambientais aplicáveis, nomeadamente:
- Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro
 - Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro (solventes orgânicos);



ANEXO A – LOTE 1

Número de dias previstos para a prestação do serviço de acordo com o calendário escolar

Mês/Dias		Centro Escolar de Alenquer		Centro Escolar do Carregado	
Meses	Dias	N.º de horas diárias	N.º de recursos humanos afetar	N.º de horas diárias	N.º de recursos humanos afetar
		3h	6	2h	2
mar/25	18				
abr/25	10				
mai/25	20				
jun/25	18				
jul/25	0				
ago/25	0				
set/25	12				
out/25	23				
nov/25	20				
dez/25	10				
jan/26	20				
fev/26	17				
Total	168	504		336	
Renovação					
mar/26	20				
abr/26	14				
mai/26	20				
jun/26	20				
jul/26	0				
ago/26	0				
set/26	13				
out/26	21				
nov/26	21				
dez/26	9				
jan/27	20				
fev/27	17				
Total	175	524		350	

Total de horas relativas ao LOTE 1: 1714

**ANEXO B – LOTE 2**

Número de dias previstos para a prestação do serviço de acordo com o calendário escolar

Limpeza regular - janeiro a dezembro			
mês/dias		N.º de horas/ diária	N.º de recursos humano a afetar
meses	dias	3	6
mar/25	18		
abr/25	10		
mai/25	20		
jun/25	18		
jul/25	0		
ago/25	0		
set/25	12		
out/25	23		
nov/25	20		
dez/25	10		
jan/26	20		
fev/26	17		
Total	168	504	
Renovação			
mar/26	20		
abr/26	14		
mai/26	20		
jun/26	20		
jul/26	0		
ago/26	0		
set/26	13		
out/26	21		
nov/26	21		
dez/26	9		
jan/27	20		
fev/27	17		
Total	175	525	

Total de horas relativas à limpeza programada do LOTE 2: 1029

Limpeza não programada		
meses	dias	N.º de horas/diárias
		6
abr/25	5	
set/25	8	
Total	13	78
Renovação		
abr/26	5	
set/26	8	
Total	13	78

Total de horas relativas à limpeza não programada do LOTE 2: 156